

O Nacionalismo na Luta Pelas Independências das Colónias em África (Angola)

*Nationalism in the Fight for the Independence of Colonies in Africa
(Angola)*

*El Nacionalismo en la Lucha por la Independencia de las Colonias en
África (Angola)*

Sónia Cristina Cardoso dos Santos Silva¹
<https://orcid.org/0000-0002-8126-8492>

Erica Islândia dos Santos Frago Frazão²
<https://orcid.org/0000-0002-9428-9161>

RECEBIDO: Setembro, 2023 | **ACEITE:** Novembro, 2023 | **PUBLICADO:** Dezembro, 2023

Como citar: Silva, S. C. C. dos S., & Frazão, E. I. dos S. F. (2023). O Nacionalismo na Luta Pelas Independências das Colónias em África (Angola). *RAC: Revista Angolana de Ciências*, 5(2). e050215. <https://doi.org/10.54580/R0502.15>

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade proceder à análise do impacto do Nacionalismo na luta pelas Independências das colónias em África, dando particular destaque ao caso de Angola. Constitui objectivo deste trabalho aferir as mudanças que se operaram no Continente de 1888 a 1910, marcadas pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas ocidentais; seguindo-se-lhe a implantação efectiva e instalação do sistema colonial enquanto sistema administrativo na segunda metade do séc. XIX, divisão e definição dos espaços geográficos. Efetivamente, o ano de 1910, caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração daquele sistema, tendo provocado grandes distorções nas estruturas económicas, sociais e culturais dos territórios dominados. O apelo redigido no Congresso de Manchester (1945) aos povos colonizado, orientava expressamente que todas as colónias deveriam ser libertadas do controlo imperialista estrangeiro, tanto político como económico, e lutar por todos os meios para o alcance destes objetivos. O recurso a pesquisa qualitativa assente em bibliografia relacionada com estas temáticas, ao método indutivo-dedutivo permitiram des (construir) ideias de uma África passiva, consubstanciadas no surgimento de movimentos que visaram a derrocada do sistema colonial. Com efeito, iniciou, com o final da II Guerra Mundial, o processo de descolonização, tendo resultado disso um nacionalismo africano mais

¹ Doutora, Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Bwila, Angola, Benguela, soniac.silva@yahoo.com.br

² Licenciada, Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Bwila, Angola, Benguela mirandaericapinto85@gmail.com

revigorado, radical e conseqüente. Tal significa um nacionalismo continental mais consciente, esclarecido e esclarecedor, melhor estruturado e enquadrado politicamente e representado internacionalmente e com níveis de organização política e culturais qualitativamente superiores, tendo o ano de 1960 sido marcado como ano de África, com a eclosão das várias independências dos respectivos países africanos e conseqüente recuperação e afirmação da identidade sócio-histórica, política e cultural, escamoteada pela colonização.

Palavras-chave: Colonização; Nacionalismo; Independências

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the impact of Nationalism on the struggle for Independence in the colonies in Africa, with particular emphasis on the case of Angola. The objective of this work is to assess the changes that took place on the Continent from 1888 to 1910, marked by the conquest and occupation of almost the entire African Continent by Western imperialist powers; followed by the effective implementation and installation of the colonial system as an administrative system in the second half of the century. XIX, division and definition of geographic spaces. In fact, the year 1910 was essentially characterized by the consolidation and exploitation of that system, causing major distortions in the economic, social and cultural structures of the dominated territories. The appeal written at the Manchester Congress (1945) to the colonized peoples, expressly advised that all colonies should be freed from foreign imperialist control, both political and economic, and fight by all means to achieve these objectives. The use of qualitative research based on bibliography related to these themes, the inductive-deductive method allowed the (construction) of ideas of a passive Africa, embodied in the emergence of movements that aimed at the overthrow of the colonial system. In effect, with the end of World War II, the process of decolonization began, resulting in a more reinvigorated, radical and consequential African nationalism. This means a more conscious, enlightened and enlightening continental nationalism, better structured and politically framed and represented internationally and with qualitatively higher levels of political and cultural organization, with the year 1960 being marked as the year of Africa, with the outbreak of the various independence of respective African countries and consequent recovery and affirmation of socio-historical, political and cultural identity, hidden by colonization.

Keywords: Colonization; Nationalism; Independences.

RESUMEN

El propósito de este estudio es analizar el impacto del Nacionalismo en la lucha por la Independencia en las colonias de África, con especial énfasis en el caso de Angola. El objetivo de este trabajo es evaluar los cambios ocurridos en el Continente desde 1888 hasta 1910, marcado por la conquista y ocupación de casi todo el Continente africano por las potencias imperialistas occidentales; seguido de la efectiva implementación e instalación del sistema colonial como sistema administrativo en la segunda mitad del siglo. XIX, división y definición de espacios geográficos. De hecho, el año 1910 se caracterizó esencialmente por la consolidación y explotación de ese sistema, provocando importantes distorsiones en las estructuras económicas, sociales y culturales de los territorios dominados. El llamamiento escrito en el Congreso de Manchester (1945) a los pueblos colonizados, aconsejaba expresamente que todas las colonias debían liberarse del control imperialista extranjero, tanto político como económico, y luchar por todos los medios para alcanzar

estos objetivos. El uso de investigaciones cualitativas basadas en bibliografía relacionada con estos temas, el método inductivo-deductivo permitió (construir) ideas de una África pasiva, materializada en el surgimiento de movimientos que apuntaban al derrocamiento del sistema colonial. En efecto, con el fin de la Segunda Guerra Mundial se inició el proceso de descolonización, que dio como resultado un nacionalismo africano más revitalizado, radical y consecuente. Esto significa un nacionalismo continental más consciente, ilustrado y esclarecedor, mejor estructurado y encuadrado políticamente y representado internacionalmente y con niveles cualitativamente superiores de organización política y cultural, estando marcado el año 1960 como el año de África, con el estallido de las diversas independencias. de los respectivos países africanos y la consiguiente recuperación y afirmación de la identidad sociohistórica, política y cultural, oculta por la colonización.

Palabras clave: Colonización; Nacionalismo; Independencia.

INTRODUÇÃO

Selecionamos esse tema, objectivando aferir o impacto do nacionalismo na luta pelas independências das colónias ocidentais em África. com particular destaque ao caso de Angola. Para uma melhor compreensão, elencamos como objectivos específicos designadamente: i) caracterizar as ideologias coloniais em África; ii) abordar os fundamentos da configuração dos Estados africanos pós-coloniais e; iii) perceber o processo constitutivo de luta pelas independências e pela recuperação da idiossincrasia africana.

BOAHEN (2010, p. 1) em seu artigo: *África diante o desafio colonial*, indica que jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935, por corresponder ao período das mais espectaculares – também mais trágicas ocorrências, destacando-se lapso de tempo entre 1888 e 1910. Este ficou marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente Africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instalação do sistema colonial.

Este processo foi antecedido em finais do século XIX, com a divisão e definição dos espaços geográficos em função dos interesses e possibilidades económicas e tecnológicas dos Estados imperialistas. Para além de conflitos de ocupação entre as potências, provocou, igualmente, grandes distorções nas estruturas económicas, sociais e culturais dos territórios dominados, tendo sugerido a posterior, a necessidade inequívoca dos povos subjugados despertarem-se para a luta, em busca das suas soberanias e restauro de suas identidades abafadas pelas ideologias e projectos coloniais.

Considerando que em pleno século XXI, as temáticas sobre a colonização e o alcance das independências africanas constituírem ainda, motivo de elaboradas e controversas abordagens no seio de africanos e africanistas, historiadores sociólogos e políticos de diferentes sensibilidades, sugerimo-nos questionar sobre a pertinência do debate sobre a colonização ou ao seu esvaziamento. Pois, todos os países ex-colonizadores, surgem hoje, como parceiros económicos do continente. A clarificação das ideias sobre se as “*independências foram concedidas ou conquistadas*” é outra particularidade que no quadro da cooperação entre ex-colonizados e ex-colonizadores vem sugerindo debates em meios académicos.

Metodologicamente, adoptamos a revisão bibliográfica e a consulta documental para compilar as ideias que apresentamos, focalizando uma abordagem qualitativa. A indução e a dedução permitiram des (construir) as óbvias ideias de uma África passiva, por um lado e por outro, de uma África emancipada e consubstanciada no surgimento de movimentos

que enformaram o nacionalismo africano até à derrocada da administração colonial. Pois, se “conseguirmos interpretar a História com um sentido reflexivo e crítico que perspetive um desenvolvimento endógeno do continente”, conseguiremos “interpretar a História e dar respostas às questões do presente” (SILVA S. 2014).

A par de espelhar a verdade dos processos históricos a análise procura a “construção e realização de ações transformadoras” que entrelaçam a consciência de valores e significados na futura actuação (...)” (BARROS et all; 2015, p. 1). Kamabaya ao caracterizar o colonialismo destaca:

“Este sistema de exploração do homem pelo homem foi uma questão económica e política, tanto quanto o foi a escravatura clássica. A única diferença é que enquanto na escravatura o europeu levava a mão-de-obra (o africano) e as matérias-primas para fora de África, no regime colonial a exploração e a opressão do africano eram praticadas no local onde se encontravam os homens e as matérias-primas: em África” (KAMABAYA 2014, p. 97).

No entender de M´Bokolo (2007), a colonização enquanto forma de dominação impôs uma ruptura às formas de governação até então dominantes, trazendo para África instituições que lhe eram estranhas. Estas corroeram os regimes de Estado e as formas de governação autóctones, provocando a sua desvalorização, essencialmente, com a introdução da propriedade privada em sociedades comunitaristas.

Esta controversa de identidade terá reforçado as ideias nacionalistas, já que, “o nacionalismo pode ainda ser encarado como ideologia e, nessas circunstâncias, serve de suporte à sua assunção enquanto movimento” (VENÂNCIO, 2009, p. 69). No entanto, VENÂNCIO (2009, p. 69) cf. Gellner (1993) apresenta que o nacionalismo é ‘um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra’. Apesar dessa definição não poder ser totalmente aplicável ao nacionalismo africano, mas a consequência pós proclamação da independência implica essa asserção.

É evidente que “na sua esmagadora maioria os países que ascenderam, por acção dos nacionalistas, à independência, na década de 1960, não dispunham propriamente de uma unidade nacional. (Op cit p. 69), e salienta que “nesta medida, o nacionalismo vale como um movimento emancipalista do género do nativismo, da negritude e do pan-africanismo” (VENÂNCIO, 2009, p. 70).

Essas atividades de busca de recuperação do “eu”, constituiriam a base para a articulação de uma ideologia pan-africanista³, cuja acção levaria às independências enquanto “qualidade ou a condição de ser independente, ser autónomo e não depender dos outros”. Esta definição traduz-se na liberdade de um Estado para governar segundo as suas próprias leis, não estando sujeito à soberania de outro. Desse modo, entendemos que a independência é um processo através do qual um povo se liberta do seu opressor, torna-se soberano, autónomo e passa a governar a si mesmo, tomando as suas próprias decisões, dirigindo o seu próprio destino sem interferência externa.

O presente trabalho estrutura-se nas seguintes partes: (i) Introdução; (ii) A colonização dos territórios africanos; (iii) O Nacionalismo Africano e as independências africanas; (iv) África - que futuro? análise de critérios provenientes de alguns autores acerca da temática; (v) Reflexões finais; (vi) Referências bibliográficas.

³ “o primeiro grande ideólogo do movimento foi William Edward Burghardt Du Bois (1868- 1963). (...) a principal iniciativa seria tomada pelo empresário e advogado jamaicano Marcus Mosiah Garvey (187-1940), que conquistaria milhões de negros americanos para a causa africana depois da Primeira Guerra Mundial. (MENDONÇA, 2019, P.129). Marcus Garvey entre outras figuras foram precursores do movimento de defesa da identidade africana.

A COLONIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS AFRICANOS

O colonialismo foi caracterizado por vários autores como um fenómeno globalizante repressivo e de negação, representando uma ameaça para todos os aspectos da existência humana—encarnava a desigualdade social e a discriminação racial. Contrariamente ao senso comum que acredita numa colonização de mais de 500 anos, foi apenas entre 1880 e 1935, que a África foi efectivamente colonizada. Para Neto (1997, p. 339), aspas da autora) a «política colonial» “é tributária da ideologia e das doutrinas dominantes em diferentes momentos.

A administração variou de acordo com as condições demográficas, culturais e económicas das regiões ocupadas. Ela podia ser direta, com os funcionários da metrópole substituindo as autoridades locais, ou indireta, utilizando-se das autoridades locais subordinadas a funcionários da metrópole. A colonização, – como sistema administrativo, económico e sócio - cultural – não teve a mesma duração em toda a parte da África Negra.

As colónias africanas eram governadas com princípios racistas, sobrevalorizando a sua cultura em detrimento dos valores culturais dos africanos. Importa referir, que, todo este processo ou movimento de ocupação efectiva, “representou não só um novo modo de colonização, mas, também a ocidentalização do mundo e do *modus vivendi* africano; alterou as estruturas tradicionais locais e deixou uma cultura impregnada de valores exógenos de difícil reversão” (Silva, 2014, p. 44-45)

Quanto às intenções coloniais em relação à África, Ki-Zerbo (2002) considera não ter existido diferenças significativas entre países colonizadores, visto que na sua essência, todas buscavam extrair o máximo das terras conquistadas e retirar os maiores benefícios possíveis. Procuravam abastecer-se de matéria-prima com o recurso à mão-de-obra local.

Para a dominação e exploração dos territórios africanos, os europeus aplicaram dois métodos de administração: o *método de assimilacionismo segregacionista* pela França e predominantemente por Portugal e a *administração indirecta* (indirect rule), pela Grã-Bretanha.

Em Angola⁴, os portugueses, no seu método ambíguo de construir Portugal em África, procuraram transplantar as instituições metropolitanas e o pessoal administrativo para dominar e subjugar o povo. O território “passou para os portugueses, uma colónia de povoamento cujo objectivo restrito seria o de expandir e assegurar a soberania e a hegemonia colonial portuguesa, através da exploração e do desenvolvimento económico rural” (Manuel, 2021, p. 111). Na realidade, conforme assinala Madureira (1988, p25), a presença portuguesa em África exigia a existência das estruturas administrativas e as missões. Sem elas, particularmente sem o pessoal administrativo, não era possível estruturar um aparelho de Estado capaz de gerir as colónias.

⁴ Angola é um dos países do continente africano que se situa na parte ocidental da África Austral entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' Sul e os meridianos 11° 41' e 24° 05' Leste. Com uma superfície de 1.246.700 Km². Confina a Norte com a República Democrática do Congo, Repúblicas do Congo e da Zâmbia, a Sul com a República da Namíbia, a Este com a República da Zâmbia e a Oeste com o Oceano atlântico, Fronteira terrestre de 4.777 km e costeira contínua (fronteira marítima de 1.650 Km) com 32,87 milhões de habitantes.

O antigo território do Reino do Kongo integrava um vasto espaço correspondente hoje aos seguintes países. a parte do território de Angola, onde se localiza a sua capital Mbanza kongo, a República Democrática do Congo(ex-Zaire), a República do Congo Congo-Brazzaville e parte da República do Gabão. (Nsiangengo, 2018, p. 39). Angola foi a maior colónia portuguesa em África, cujos recursos naturais e humanos, favoreceram historicamente o sonho imperial português.

Angola⁵ terá sido das colónias em África aquela que esteve mais tempo sob o jugo estrangeiro e aquela de onde se extraiu o maior volume de recursos. Das relações mutuamente vantajosas entre o reino português e a Federação do Congo do século XVI ao contrato e trabalho forçado no século XX, Angola esteve, com maior ou menor interesse, entre as prioridades de Portugal (Henriques, 1997, p. 72).

Este ensino implementado pelas autoridades coloniais era instrumentalizado, ou seja, servira de meios para reprimir, abafar, conter o ensino indígena. Ki-Zerbo (2002, p. 120) exprime o seguinte; “Nestas escolas são proibidas as línguas africanas”. Na sua obra intitulada “*Para Quando África*” Ki-Zerbo ressalta que,

“trata-se do problema da identidade e do papel a desempenhar no mundo. Sem identidade, somos um objecto da história, um instrumento utilizado pelos outros: um utensílio. E a identidade é o papel assumido; é como numa peça de teatro em que cada um é munido de um papel a desempenhar: na identidade a língua conta muito” (KI-ZERBO, 2006, p. 12).

Constitui desafio para os Estados africanos a recuperação e afirmação da identidade sócio histórica, política e cultural, escamoteada durante os séculos de colonização. Ki-Zerbo (2006, p.12) ressalta que; “trata-se do problema da identidade e do papel a desempenhar no mundo”, por este facto “Sem identidade, somos um objecto da história, um instrumento utilizado pelos outros: um utensílio. O papel assumido (...) na identidade a língua é fundamental”. Tudo isto remete-nos a “processos de identidade e das normas do construtivismo.” (Diallo, 2006 *apud* Silva, 2020, p,130.)

NACIONALISMO NO CAMINHO DAS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS

Com efeito, com o final da II Guerra Mundial (1939- 1945) o processo de descolonização em África, foi encabeçado por um nacionalismo mais revigorado, radical, esclarecido e esclarecedor bem como, melhor estruturado enquadrado politicamente e representado internacionalmente e com níveis de organização política e culturais qualitativamente superiores. A pressão dos africanos sobre as potências colonizadoras na perspectiva da autodeterminação, levará as Nações Unidas a deliberar em resolução 1514/1960, de 14 de Novembro do Conselho de Segurança, o direito e a autonomia dos povos colonizados. Quadro que galvanizou as vontades dos nacionalistas e apressou a conquista das independências sem, contudo, observar já, o sentido de identidade e de unidade que estas representassem. Porém, à luz dessa resolução, as potências colonizadoras utilitaristas (tirar de África para construir a Europa), como a França, a Inglaterra e a Bélgica iniciaram a descolonização das suas possessões, permitindo a 18 países a conquista de suas independências (Silva, S., 2020, p.121)

Neste contexto, dos “cinco congressos organizados, [o 1º em Paris (1919); o 2º em Londres (1921); o 3º em Londres e Lisboa (1923); o 4º em Nova Iorque (1927) e o 5º em Manchester (1945)] serão realizados na Europa, merecendo especial atenção, dentre eles, o de Manchester, onde Francis Kwame Nkrumah⁶, o futuro presidente do Gana, o primeiro país africano a tornar-se independente em 1957, foi a principal estrela”. (VENÂNCIO 2009, p.

⁵ A população angolana é na sua maioria de origem Bantu, excetuando-se os Vátua, os Kuroca, os Koi-san que, de acordo com alguns estudos, são os autóctones de facto ou pré-Bantu do território (Zau, Filipe, 2010, pp. 1-2).

⁶ “Temos despertado. Não vamos mais dormir. Hoje, a partir de agora, há um novo africano no mundo! A nossa independência é sem sentido a menos que seja ligada com a libertação total de África.” Com essas palavras, em 6 de março de 1957, o líder político africano Kwame Nkrumah encerrou o seu discurso de independência de Gana. O país foi o primeiro a se libertar da metrópole inglesa no continente africano, influenciando o processo de luta pela independência na região. Disponível: <https://www.brasilefato.com.br/2018/09/22/quem-foi-kwame-nkrumah-lider-da-primeira-independencia-na-africa>

73-74). O apelo redigido no Congresso de Manchester (1945) aos povos colonizados, com orientação expressa, de que todas as colônias deveriam ser libertadas do controlo imperialista estrangeiro, tanto político como económico, e lutar por todos os meios para o alcance destes objetivos. Com efeito, iniciou, com o final da II Guerra Mundial, o processo de descolonização, tendo resultado disso um nacionalismo africano mais revigorado, com níveis de organização política e culturais qualitativamente superiores, tendo o ano de 1960 sido marcado como ano de África, com a eclosão das várias independências dos países africanos e consequente recuperação e afirmação da identidade sócio-histórica, a par do desenvolvimento política e cultural, em curso nos respectivos países.

Nos primórdios e no auge da luta pelas independências quando os primeiros trinta países africanos tornaram-se independentes, a Organização da Unidade Africana (OUA), à luz da emancipação política, aprovou uma resolução sobre o problema de as fronteiras de África nos seguintes termos:

“Os Estados deveriam respeitar as fronteiras existentes no momento da independência, correspondendo ao Artigo 3º. §3 da Carta de 1963, que demandava o respeito à soberania e à integridade territorial de cada Estado e o inalienável direito à independência” (Branco, 2013, p. 72)

A autodeterminação está profundamente enraizada nas fundações pan-africanista e anticolonialista da OUA. Princípios plasmados na Carta da OUA, adotada a 25 de Maio de 1963 bem como “o debate acerca da autodeterminação dos povos que foram importantes para o projeto de integração regional africano e para a sua consolidação, como também teve eco na ONU, sobretudo nas décadas de 60 e 70 do século XX, em resultado da descolonização portuguesa tardia. “O direito de autodeterminação enquadra-se na sessão dos direitos colectivos, mais conhecidos como Direito dos povos, previsto pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) entre os artigos 19.º e 24.º,” sendo que a inclusão destes direitos colectivos configura mais uma característica que distingue a CADHP dos demais tratados internacionais de direitos humanos, sobretudo das suas congéneres europeia e americana. (GARRIDO, 2020, p. 805)

A geografia política e mesmo cultural de finais dos anos 50 e sobretudo dos anos 60 do século XX levou a que, “na década de 1960, quando as populações ainda não haviam incorporado os espaços políticos criados pela Conferência de Berlim” Robert (2013) as colónias ascenderam às independências. Tal fez com que as elites políticas que vieram a constituir-se em dirigentes dos novos Estados, pouco coincidentes com ‘Nações’, não propiciassem a si uma identidade e uma unidade nacionais. A Costa do Ouro (Gana) em 1957 e da Guiné-Conakry em 1958 conquistam as independências, com um ideal enraizado na consciência dos povos africanos sem focalizar, claramente, o estabelecimento de Estados-Nações.

As fronteiras das possessões coloniais em África foram demarcadas num longo e difícil processo, quer para africanos quer para os europeus, de avanços e recuos das linhas negociadas entre estes, à medida que uma região se revelava mais próspera e com maior potencial de exploração de recursos. A implantação efectiva do sistema colonial em África e o estabelecimento das fronteiras responderam aos interesses de potências estranhas, em total desrespeito pelos interesses e realidades políticas, humanas e sociais dos povos autoctones, dividindo conjuntos políticos, étnicos e mesmo familiares e milenares, no sentido sociológico africano da família alargada, da tribo” (CORREIA, 2010, p. 307).

Recordar que “Numa tentativa de minorar os efeitos desta situação, herdada e não desejada, a Organização de Unidade Africana (OUA) declarou em Julho de 1964, numa

reunião no Cairo que o continente africano independente manteria as fronteiras herdadas da colonização, com o objectivo de evitar o agravamento da questão⁷.

No entender de GARRIDO (2020, p. 818), independentemente da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos povos (ComADHP) “tenha decidido no mesmo nesse sentido, a prática tem mostrado que as fronteiras em África continuarão a ser um desafio para os Estados, compostos por múltiplos povos que não se identificam todos como parte de uma nação única e contestam essa unidade, alguns por via da força armada.”

A ideia de que a OUA preveniria e evitaria conflitos fronteiriços era defendida pelo antigo Secretario Geral da ONU Boutros Boutros Ghali, que afirmara: “o princípio *uti possidetis jûris* reafirmado no Cairo em Julho de 1964, permitiu evitar os numerosos conflitos fronteiriços. Para CARVALHO, (2005, p.77), “mesmo que as elites políticas africanas continuem a manter este princípio, a evolução pode levar a que esses ajustamentos se façam naturalmente, sob sangue e fome. Desta forma, os mesmos poderão vir a ser considerados como a única possibilidade de impedir que os conflitos locais alastrem ou que causem correntes migratórias consideráveis, tanto dentro do Continente como fora dele”.

A Conferência de Bandung (Indonésia)⁸ realizada entre 18 e 24 de Abril de 1955 enquadrando-se no âmbito do nacionalismo africano como força motora reflectindo a experiência do Norte de África e da Ásia, foi participada por 29 países asiáticos e africanos e representou a fonte de inspiração para a sugestão de integração continental. Para Guimarães e Araújo, significou o primeiro consenso dos países da periferia em uma estratégia global. O objectivo era a promoção da cooperação económica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado o colonialismo ou neocolonialismo ocidental (Guimarães & Araújo, 2018, p. 52-53).

Entre os grupos motores através dos quais os nacionalistas se exprimiam podemos citar: os movimentos dos estudantes negros, de uma maneira geral desempenharam o seu papel, mas com vigor e aproximavam-se muito mais das “ideias pan-africanistas espalhadas na inteligência dos países anglófonos, os universitários de tal ou tal partido nacionalista africano participavam em círculos de estudos com militantes de partidos ou movimentos europeus progressistas.” KI-ZERBO (1972, p. 170). Os Sindicatos africanos na África subsaariana tiveram um desenvolvimento muito tardio, a maturação económica, que é a condição prévia indispensável, encontrava-se, na verdade, em atraso, pois a industrialização era praticamente interdita pela essência do “pacto colonial.” (KI-ZERBO 1972, p. 166). Importa aqui referir que;

“somente por volta de 1930 a Grã-Bretanha o direito sindical no seu império. No Gana, em 1941 ainda não se encontravam sindicatos registados, mas em 1951 já havia 41 e 100 em 1957. Na Nigéria, o número de sindicatos registados passará de 50 em 1941 para 177 em 1955. Na África Ocidental Francesa, o seu número evoluirá de 0 em 1937, quando a Frente Popular concede certos direitos, a cerca de 350 em 1955. Na África Belga tem de se chegar a 1946 para que a lei autorize os sindicatos.” (KI-ZERBO,1972, 165-166),

Os sindicatos serviam de escolas políticas para muitos dos nacionalistas africanos. os casos mais paradigmáticos, talvez, sejam os de Sékou Touré e de Houphouët-Boigny, que, de líderes sindicalistas, se transformaram nos primeiros presidentes dos seus países, respectivamente Guiné-Conacry e Costa do Marfim”. Na perspectiva de Venâncio “este

⁷ Resolução AHG /Res. 16 (I), Cairo, 21 Julho 1964

⁸ De 18 a 24 de Abril de 1955, com a participação dos líderes de vinte e quatro Estados asiáticos (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, Vietname, Irão, Iraque, Nepal, Líbano do Norte) e africanos (Etiópia, Líbia, Libéria e Egipto).

compromisso nacionalista do sindicalismo africano foi, aliás, enaltecido por Francis Kwame Nkrumah, quando em Novembro de 1959, reuniu em Accra sindicatos de toda a África, no sentido de organizarem uma Federação Pan-Africana do Sindicatos". ressalta que "o sindicalismo africano esteve sempre estreitamente associado à luta para a liberdade política, assim como ao desenvolvimento económico e social". (VENÂNCIO, 2009, p. 81)

Kwame Nkrumah além do colonialismo, também lutou contra o capitalismo, um acérrimo defensor de um "socialismo africano" que pudesse unir a justiça social e as tradições africanas.

As independências dos territórios africanos sob domínio colonial, resultam das lutas nacionalistas como consequências da colonização do Continente. A proclamação das independências não foi uniforme, dependendo do poderio económico e tecnológico de cada potencia imperialista. As tecnologias económicas consolidadas negociavam o processo de transição com os nativos. As deficitárias tiveram de enfrentar uma luta armada sem possibilidade de negociar o processo de transição, porque as potencias que haviam investido em seus territórios (EUA; Alemanha; França; Inglaterra) propuseram definir o destino político dos territórios portugueses (sociedade capitalista em detrimento da sociedade comunista escolhida pelos nacionalistas).

As independências do domínio colonial iniciam na primeira década do século XX e estendem-se até 1960-62 para a maior parte dos territórios ocupados; entre 1975-78 para alguns da África Austral e das "possessões" portuguesas; 1991-94 para a Namíbia e o fim do apartheid na República da África do Sul.

ÁFRICA - QUE FUTURO? ANÁLISE DE CRITÉRIOS PROVENIENTES DE ALGUNS AUTORES ACERCA DA TEMÁTICA

Passados mais de cinquenta anos desde as primeiras independências de África a compreensão e o entendimento dos processos políticos, económicos e culturais e dos seus quase crónicos "sub" continua tendo como referências de análise, todo o património deixado pelas desiguais relações colonizador/colonizado por um lado e por outro, pelo pensamento dos seus primeiros dirigentes que procuravam pelo "fortalecimento de uma efectiva soberania interna" e de um resgate da dignidade do homem e das nações africanas (PINTO, 2007, p. 214).

As actuais fronteiras resultaram de processos artificiais ou subjectivos, pois não obedeceram nem respeitaram as antigas organizações políticas, económicas e sociais. Em tais quadros, a má gestão dos governos que muitas vezes dificulta o processo em curso da história comum de formatação de novas nações, geralmente inter-étnicas, forjando um novo destino comum, acaba arruinado a estabilidade, culminando em conflitos intermináveis, nos quais vários grupos étnicos, podem auto-excluir-se.

A gestão responsável pelos governos dos novos Estados africanos é, pois, recomendada, para se garantir o equilíbrio, a justiça e a igualdade de oportunidades, colocando de fora as diferenças étnicas ou sócio-culturais. Por esse motivo autores como BARRY, B. (1999, p. 81), da Senegambia em: *O Desafio da História Regional* prossegue e tem nisto uma forte convicção, referindo que "o principal objectivo é devolver ao continente a unidade e homogeneidade que perdeu depois do século XV e hoje justifica "um mapa político que, respondendo a critérios externos, divide artificialmente o continente (...)." BARRY (1999, p. 81).

Reconhecendo a importância das fronteiras, mas defendendo a ideia de que tudo começou mal para África, coloca a questão de como redefinir um Estado africano multi-étnico ou multinacional, que ultrapassaria as fronteiras actuais, o grande desafio dos estadistas africanos neste século XXI. Venâncio adianta que “retorno às origens e, a afirmação intelectual do homem negro em um mundo dominado pela idiosincrasia do homem branco, a valorização do seu passado histórico e da sua cultura tradicional como forma de tornar mais autêntica essa afirmação intelectual, são alguns dos propósitos doutrinários que podem ser imputados à negritude enquanto movimento intelectual que, nessa qualidade, acabou por ser apanágio de uma minoria, em muito circunscrita ao mundo de língua francesa. Tendo tido uma validade fundamentalmente literária, não deixou de ter algum reflexo na investigação histórico-antropológica sobre a África”. (VENÂNCIO 2009, p. 76)

Recordar de que as decisões da União Africana não devem estar assentes no intelectualismo universalista, mas sim, nos interesses das populações que corporizam os estados. O facto das fronteiras africanas terem sido construídas artificialmente impôs “um dilema para os movimentos nacionalistas” e as novas elites africanas a busca da unidade e a mobilização das populações dentro de cada estado, sendo que a União Africana (UA) é um órgão composto por 55 Estados-membros que compõem o continente africano, com sede em Adis Abeba (Etiópia), teve sua Constituição assinada em 2000 em Lomé (Togo) e foi instituída oficialmente em 2002 (Vela, 2015, p.1). Territorialmente ou em termos geográficos, a UA abrange todo o continente africano e possui 30,3 milhões de km² com população total de 1,3 bilhão de habitantes.

Na óptica do autor a OUA foi uma manifestação da visão pan-africana almejando uma “*África unida, livre e no controle de seu próprio destino*”, e teve esses princípios fundamentais formalizados em sua Constituição em 1963. Durante sua existência, a OUA desempenhou papel fundamental na erradicação do colonialismo e na luta contra o apartheid. No entanto, a organização passou a ser bastante criticada pela elevada burocracia e ineficácia, principalmente pela sua política de não interferência nos assuntos internos de seus Estados-membros, levando à impotência em casos de conflitos e à passividade em situações de violações de Direitos Humanos registados no Uganda na década de 1970. (Idem p.1)

Face a este cenário em 09 de setembro de 1999, os chefes dos Estados-membros integrantes da OUA emitiram a Declaração de Sirte, a qual pedia o estabelecimento de uma União Africana, visando a acelerar o processo de integração no continente, *para permitir que África desempenhar seu papel legítimo na economia global, ao mesmo tempo em que aborda problemas sociais, econômicos e políticos multifacetados, compostos por certos aspectos negativos da globalização* (Vela, 2015, p.2).

Neste contexto a União Africana (UA) foi criada definitivamente em 2002, que substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA) integrando na época, 53 das nações Africanas, numa altura em que apenas o Sudão do Sul e o Marrocos não faziam parte do grupo dentre os países do Continente africano. Posteriormente o Sudão do Sul tornou-se o 54º membro em 2011 e o Marrocos o 55º em 2017..(Vela, 2015, p.1),

Outro dado que importa ressaltar consiste em que ;

“A UA é guiada por sua visão de “Uma África Integrada, Próspera e Pacífica, impulsionada por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global” e tem como objetivos a unidade e a solidariedade africana. (...) defende a eliminação do colonialismo, a soberania dos Estados africanos e a integração econômica, além da cooperação política e cultural dentro do continente. (...) a UA defende que os conflitos devem ser resolvidos antes

que se agravem e, para esse fim, estabeleceu um Conselho de Paz e Segurança em 2004, o qual pode intervir em conflitos, substituindo o antigo princípio de “não interferência” da OUA por um de “não indiferença”.(Vela, 2015 p.2),

Quando a noção de fronteira no sentido do direito positivo – o próprio “direito positivo” é já em si uma imposição colonial – era alheia às sociedades africanas até a chegada dos europeus. Os soberanos e os povos reconheciam os limites dos territórios de outrem mesmo que a demarcá-los houvesse uma simples árvore, um rio ou uma montanha sem guarnições que fizessem vincar a sua soberania, apesar desta aparência rústica, aparentemente insignificante, impunham respeito e assim eram considerados. Os africanos constituíram impérios, sobados onde a soberania não era exercida num território com delimitações “definitivas”, porém, era reconhecida por outras entidades ao seu nível. Neste contexto, Ilídio de Amaral tem razão quando afirma que as fronteiras africanas sempre se adequaram as “*formas de organização política e social dos seus povos.*” (Amaral, 1997,p:3). Estas ideias vêm reforçar que em África não se conheciam as fronteiras tal qual como existiam na Europa. As fronteiras na Europa foram fixadas em razão de conflitos militares endógenos entre os povos da própria Europa. Semelhante situação ocorria em África antes dos europeus se imporem. A partir daí as fronteiras em África passaram a ser definidas não por factores endógenos à Africa, mas por factores exógenos.

A fronteira constitui “espaço ténue entre dois lugares” (Augustoni & Viana, 2010, p. 191), em cujo interior se torna legítimo o exercício de soberania e do direito de gestão dos recursos naturais circunscritos. Tendo em conta diversas perspetivas que assume este constructo, entende-se por fronteira um marco convencional que tem por fim estabelecer/definir espaços geográficos onde são reconhecidos o direito à soberania política e à integridade territorial de um Estado, ao qual cabe a gestão dos recursos contidos no seu território, circunscritos por marcos intencionalmente convencionados (Silva,2019, p.129)

Os Estados contemporâneos de África não são um simples fenómeno de transplante do Estado colonial para uma nova situação, mas o resultado de um longo processo de hibridação e reinvenção onde se jogam, se afrontam e confluem lógicas e práticas de Estado com origens e tempos de eclosão diferentes. Se há valências vindas do tempo colonial, outras surgiram da necessidade de dar respostas (possíveis) às transformações de toda a natureza que foram ocorrendo desde as independências. Por este facto, os aspectos que os Estados Pós-coloniais em África vão assumindo, estão em larga medida dependentes dos “arranjos” entre os factores estruturais e conjunturais (Dias, 2010, p. 1).

Os novos Estados pós-coloniais foram criados segundo os modelos português, alemão, belga, espanhol, francês e britânico e não baseados nas instituições indígenas. Por este motivo, “... não conseguem ter legitimidade aos olhos da maioria dos cidadãos africanos e rapidamente provam ser ineficazes na protecção e promoção dos interesses desses cidadãos, dos quais se exceptuam uns poucos privilegiados” (Davidson, 1992, p.12 citado por Roque, 2008, P. 1). Contra esta situação, “a maioria concebe formas de se defender” semeando “naturalmente, o caos”. Pode-se concluir que na maioria dos casos os conflitos em África são fomentados por factores de natureza económica, mormente das desigualdades na distribuição do rendimento e da riqueza, pela pobreza extrema e pelos esforços desenvolvidos para monopolizar e controlar os factores de produção (ROQUE, F, 2008, p.1).

Era expectável que fóruns de integração africana à semelhança da União Africana pudesse debelar muitos daqueles problemas que levariam à independência económica do continente, que começaria por tratar as questões ligadas às fronteiras num espírito de

cooperação. Já que, segundo Lousada (2010, p. 127), a “a ânsia de acesso a recursos é óbvia e o carácter místico de posse territorial perene as fronteiras (...) ou são geridas com parcimónia ou o conflito pode surgir como solução, situação indesejável para África” e porque muitos desses recursos encontram-se em regiões transfronteiriças.

REFLEXÕES FINAIS

O nacionalismo africano é, portanto, consequência da maturação política face à dominação colónia, o qual permitiu a elevação de África às independências. Subscrevemos que o entendimento dos processos africanos desde o período pré-colonial, a presença colonial, independências bem com a integração hoje em África, passa necessariamente por (...) “analisar o processo de identidade e das normas do construtivismo” (DIALLO, 2006, p.12). O direito de autodeterminação enquadra-se na sessão dos direitos colectivos, mais conhecidos como Direito dos povos, previsto pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) entre os artigos 19.º e 24.º,” (...) (GARRIDO, 2020, p. 805). As independências do domínio colonial iniciam na primeira década do século XX e estendem-se até 1960-62 para a maior parte dos territórios ocupados; entre 1975-78 para alguns da África Austral e das “possessões” portuguesas; 1991-94 para a Namíbia e o fim do apartheid na República da África do Sul.

As Fronteiras dos actuais Estados Africanos, em função de muitos dos recursos naturais, da região e a sua exploração e sua localização, colocam desde essa altura questões no âmbito da gestão transfronteiriça. Daí que sejam vários os assuntos passíveis de serem tratados no âmbito das relações internacionais. As diferentes organizações e conferências internacionais e regionais, a exemplo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), constituem oportunidades de concertação e de desenvolvimento sustentado. Esta instância procura estimular e incrementar as relações culturais e comerciais entre populações que partilham, ou não, fronteiras e histórias (SILVA, A.F. da 2010). Constitui desafio para os Estados africanos a recuperação e afirmação da identidade sócio histórica, política e cultural, escamoteada durante os séculos de colonização. KIZERBO (2006, p.12).

A organização continental (UA) é guiada por sua visão de “Uma África Integrada, Próspera e Pacífica, impulsionada por seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena global” e tem como objetivos a unidade e a solidariedade africana. (...) defende a eliminação do colonialismo, a soberania dos Estados africanos e a integração econômica, além da cooperação política e cultural dentro do continente.” (Vela, 2015 p.2). Pensamos que esse pensamento construtivista permitirá a criação de uma “imagem de uma África moderna reconciliada com seu passado e se preparando para o seu futuro”(Diop, 1974, p. Xii)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, Ilídio (1997) *Fronteira Internacionais africanas*, – in Separata do Catálogo de Exposições, As Fronteiras de África, Lisboa, 7 de Julho – 7 de Agosto
- Augustoni, Prisca & Viana, Anderson Luiz (2010) A identidade do sujeito na fronteira do póscolonialismo em Angola. In: IPOTESI, 14 (2), p. 189-205. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/04/16-A-identidade-do-sujeito-na-fronteira-dop%C3%B3s-colonialismo-em-Angola.pdf>. Consultado em 14.02.2023
- Barros, Flávia Cristina: Oliveira Murbach de e Narda Helena Jorosky (2015). *2 Práticas Pedagógicas e Formação de Professores: vivências humanizadoras em sala*, FIOSP, p.1. Disponível:https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17732_7727.pdf, acessado 23-06-2023

- Barry, Boubacar (1999). *O Desafio da História Regional. Sefhis* – Centro de estudos afro-asiáticos, trabalho apresentado no Simpósio regional de historiadores africanos sobre o papel da História na pesquisa e na consolidação da paz, Mali, 15-19.
- Boahen, Albert Adu, (2010) “*A África diante do desafio colonial*”, em Albert Adu Boahen, *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* (pp. 1-20), 2ª edição, Brasília, UNESCO, p. 33
- Branco, Luís Castelo, (2013) *O Mito das Fronteiras em África*, p.72 disponível em: http://reposito\rio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1023/1/LPIS_n8_4.pdf, consulta 15 Agosto 2015
- Carvalho, Rui Moreira de (2005). *Compreender África, Teorias e Práticas de Gestão*, Editora FGV, 1ª edição, Rio de Janeiro.
- Cheikh Anta Diop (1974) *A Origem Africana da Civilização Mito ou Realidade* <https://www2.unifap.br/neab/files/2018/05/Dr.-Cheikh-Anta-Diop-A-Origem-Africana-da-Civiliza%C3%A7%C3%A3o-ptbr-completo.pdf>. acessado em 22-12- 2023.
- Correia, Pedro de Pezarat, (2010), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia volume II; análise geoestratégica do mundo em Conflito*. Coimbra, Almedina
- Diallo, Alfa Oumar (2006), *A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África: NEPAD, paradigma para o Desenvolvimento*, Tese de Doutorado em Direito, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2006, pp. 9-10.
- Dias, Eduardo Costa, (2010). *Do Estado Colonial ao Pós-colonial - Continuidades, Rupturas, Reivindicações, O Estado em África tem também uma História africana*. disponível: Consulta em 12- 05 - 2021
- Garrido, Rui, (2020). *O Direito à existência e à auto de terminação*. In Comentário a carta in Comentário da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo Adicional, (org) Paulo Pinto de Albuquerque, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2020 Pag. 818.
- Guimarães, Gustavo Carvalho & Araújo, Joyce Marilene Mertig (2018), *O Movimento dos Não alinhados e a América Latina: Uma análise do movimento na atualidade*, p. 52-53. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4251/SARI_2019_52-60.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Henrique, Cunha, (2013) *O Ensino da História Africana*, p. 11. disponível: <https://www.geledes.org.br/o-ensino-da-historia-africana/>, acessado 23-05 -2023
- Henriques, Isabel Castro (1997). *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical. Consulta de 05-11-2015
- Kamabaya, Moisés Gaspar (2014). *O Renascimento da Personalidade Africana*. 1ª edição. Luanda, Mayamba editora;
- Ki-Zerbo J. (1972). *História da África Negra I*. Portugal: editora Biblioteca Universitária Europa-América;
- Ki-Zerbo, Joseph. (2006), *Para Quando África?* Entrevista de Réne Holenstein, Editores S. A., 1ª edição, Luanda, Angola
- Ki-Zerbo. Joseph.(2002) *A História da África Negra*, Publicações Europa-América, Volume II.
- Lousada, Abílio (2010), “*As fronteiras africanas (II)*”, *Janus: Anuário de relações exteriores*, 126-127, p. 127. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/1041>
- M’Bokolo, Elikia (2007), *África Negra: história e civilizações*. Tomo II – do século XIX aos nossos dias, Lisboa, Edições Colibri.
- Madureira, Arnaldo (1988) *A Colonização Portuguesa em África, 1890- -1910, Retrospectiva e Diagnóstico*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Manuel, T. (2021). *Angola, História da Economia e da Sociedade dos Estados/Reinos à Integração na SADC*. Benguela: Editora Shalom

Mendonça, Marina Gusmão de,(2019), *A Descolonização da África: Nacionalismo e Socialismo de Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano XII, NºXXII, maio/ P.129, disponível: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/158261/153444>, acesso : 24-06-2023

Neto, M. C. (1997), *Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no século XX*, disponível em: https://www.persee.fr/doc/AsPDF/luso_12570273_1997_num_4_1_1105.pdf, acesso em: 20/09/2021.

Pinto, Simone Martins Rodrigues (2007), “*A construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente*”, Disponível: <http://www.revistas.usp.br/reaaarticleviewFile1148313251>, consulta em: 13-01-2015 P. 226

Robert, Anne-Cécile (2013). Que resta das fronteiras africanas? Disponível em: <http://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/que-resta-das-fronteiras-africanas>. Consulta de 05- 11-2015

Roque, Fátima Moura (2008). “*Prevenção e Resolução de conflitos e gestão Pós-conflito em África: princípios básicos*”.2008 Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/africanologia/article/view/945>. consulta a 15 de Janeiro de 2011

Silva, Adriana Fraga da (2010). “*Fluxos de Fronteiras entre Campos Produção do Conhecimento Sobre o Passado: Lugares da Cultura Material para Além da Arqueologia*”. Resumo do grupo de trabalho apresentado no X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS – Simpósios Temáticos.

Silva, Sónia . C.C.dos Santos . (2014). *A Conferência de Berlim, Uma visão contemporânea dos problemas de interpretação*. Luanda: Editora Paulinas

Silva, Sónia C. C. dos Santos. (2020), *Da OUA Cooperação e a Integração dos Estados em África*, Página 119 a 142, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Bwila (UKB), ANO II Nº2, ABRIL 2020, ISSN – 2664 – 7419.

Silva; Sónia C. C. dos Santos, (2019) *O Percurso Histórico do Estabelecimento das Fronteiras em Angola*, in *Fronteira: Revista de História*, V. 21, nº 37 /2019 ISSN 2175 -0742, disponível: https://www.researchgate.net/publication/334650780_O_Percurso_Historico_do_Estabelecimento_das_Fronteiras_em_Angola. ID: <https://orcid.org/0000-0002-8126-8492> Doi: 10.30612/frh.v21i37.10139

Vela João Marcelo, 2015, *A União Africana* pp.1-2 , Disponível ; <https://www.infoescola.com/geografia/uniao-africana/>, acesso 25-07-2023

Venâncio, J. C. (2009). *O Fato Africano, Elementos Para Sociologia da África*, Editora Massangana, Brasil,

Zau, Filipe (2010), *O Grupo Pré-Bantu Vátua*. p. 1-2 Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/o_grupo_pre-bantu_vatua, consulta a 18 de janeiro de 2020.